V. 11, nº 01, jan.-jun., 2025, artigo nº 2406 | claec.org/relacult | e-ISSN: 2525-7870

O que os patrimônios contam sobre masculinidades? Considerações preliminares a partir da crítica patrimonial feminista

Vitória Gomes Almeida[1]

Resumo

Disserta sobre o campo do patrimônio a partir de uma perspectiva de gênero. Tem como objetivo, refletir sobre as masculinidades no âmbito do patrimônio a partir de três dimensões: a etimologia e a construção epistemológica da área, a institucionalização em organismos transnacionais e por fim, os patrimônios legitimados no espaço público considerando alguns exemplos no território brasileiro. Para tanto, a metodologia se pauta por revisão de literatura na área do patrimônio e gênero, possibilitando perceber que o androcentrismo do patrimônio não está apenas na etimologia, mas sobretudo na epistemologia por ter sido um campo desenvolvido e por muito tempo mantido quase que exclusivamente por homens do norte global. Nas análises de alguns monumentos brasileiros, foi possível constatar a predominância de representações de masculinidades hegemônicas, com características de homens viris, cisheteronormativos, brancos, cristãos e belígeros. Como considerações finais, aponta sobre a potência dessas representações na conformação das subjetividades, necessitando uma descolonização e despatriarcalização dessas memórias.

Palavras-Chave: Colonialidade da Memória; Crítica patrimonial feminista; Gênero e patrimônio; Masculinidades; Monumentos.

1. Introdução

Os estudos do patrimônio se constituem enquanto um campo de contribuição teórica advinda de diversas áreas do conhecimento, sendo as mais conhecidas por sua contribuição histórica a Antropologia, a História e a Arquitetura. Como um assunto transdisciplinar, no entanto, há diversas áreas do conhecimento que trazem subsídios teórico-práticos que possibilitam a renovação dos debates e sua ligação com as pautas contemporâneas.

Não por acaso, há muito na literatura especializada se identifica a ocorrência de inúmeros termos a fim de contemplar novos campos de estudo. Assim, categorias como patrimônio histórico, natural ou artístico, estão hoje multiplicadas em uma grande quantidade de nomenclaturas tais como patrimônio genético, patrimônio subaquático, patrimônio digital, patrimônio ferroviário só para citar alguns exemplos.

Nos últimos anos têm se fortalecido também, trabalhos que problematizam a relação entre patrimônios e categorias como classe, raça e gênero, a fim de discutir entre outras coisas, sobre os aspectos de representatividade e igualdade presente nas disputas de memória. No caso do gênero, nomenclaturas como patrimônio e mulheres, patrimônio no feminino, patrimônios

[1] Doutora em Ciência da Informação; Universidade Federal do Cariri; Juazeiro do Norte, Ceará, Brasil. vitoriago-mesalmeida@yahoo.com.br

Histórico do artigo:
Submetido em: 21/11/2023 – Aceito em: 19/07/2025

V. 11, nº 01, jan.-jun., 2025, artigo nº 2406 | claec.org/relacult | e-ISSN: 2525-7870

feministas têm sido cada vez mais comum, mas ainda são recentes, o que possibilita as/aos pesquisadoras/es um vasto campo de reflexão a ser desenvolvido.

Visando contribuir para esse campo de estudos, este trabalho se propõe a refletir sobre as relações entre gênero e patrimônio. Para tanto, busca fazer o caminho inverso geralmente seguido em textos que discorrem sobre o assunto, onde costuma-se focar como objeto de análise a partir das mulheres. Laurajane Smith (2008, p.159) afirma que ao pensar na relação entre gênero e patrimônio, os olhares voltam-se para a questão das mulheres, porque o gênero muitas vezes é tratado como o que a mulher tem/um problema de mulher ou pessoas LGBTQIAP+, como se os homens não tivessem gênero.

Seguindo nessa linha de raciocínio, ao discutir gênero e patrimônio, objetivo refletir sobre as relações entre patrimônios e masculinidades considerando três elementos dessa relação histórica: a etimologia, a construção epistemológica da área e os patrimônios legitimados no espaço público considerando alguns exemplos do contexto brasileiro. A inquietação motivadora, visa responder os questionamentos: qual a relação entre patrimônios e masculinidades? Existe um padrão de masculinidade consubstanciada no espaço público através dos patrimônios urbanos (monumentos) no Brasil?

A metodologia pauta-se por revisão de literatura na área do patrimônio e gênero, cujo quadro teórico se constitui sobretudo a partir de uma crítica patrimonial feminista, advinda das pesquisas de Laurajane Smith, Anna Reading e Guadalupe Jiménez-Esquinas. No que tange às discussões de gênero, as reflexões se deram a partir do campo decolonial a partir das contribuições de Maria Lúgones e Catherine Walsh.

Para análise das estátuas, foi considerado o pensamento de Mara Viveros Vigoya e seu estudo sobre masculinidades na América Latina, visando identificar nelas as características de masculinidades – hegemônicas ou dissidentes – que se apresentavam com mais frequência. Com relação à estrutura, o trabalho foi dividido em seções para pensar patriarcado e androcentrismo no âmbito do patrimônio, uma seção posterior discutindo acerca das masculinidades hegemônicas e dissidentes e uma terceira abordando as reflexões sobre masculinidades e patrimônios urbanos a partir de alguns monumentos existentes no território brasileiro.

2. Patrimônio, gênero e patriarcado

Histórico do artigo:
Submetido em: 21/11/2023 – Aceito em: 19/07/2025

V. 11, nº 01, jan.-jun., 2025, artigo nº 2406 | claec.org/relacult | e-ISSN: 2525-7870

A relação entre gênero e patrimônio, tem se configurado em torno de contribuições críticas para fazer avançar os debates sobre representatividade, memória e a invisibilização que certos grupos têm sofrido no âmbito dos patrimônios legitimados. Falo do patrimônio, compreendendo-o enquanto uma negociação política subjetiva de identidade, lugar e memória conforme conceitua Laurajane Smith (2019).

Baseada na ideia do patrimônio como um processo, a autora explica que se trata de uma forma de negociação de sentidos e valores históricos e culturais ocorridas na esfera das decisões tomadas para preservar ou não determinados lugares, objetos físicos ou elementos intangíveis, assim como as formas como estes patrimônios são geridos, exibidos ou salvaguardados.

Surgida no âmbito da Europa ocidental, o patrimônio se configura como uma categoria eminentemente ocidental que acompanha a história dessa civilização (HARTOG, 2003) e que foi se exportando para outras partes do mundo sobretudo por conta da expansão colonial.

Congregando três valores fundamentais e indissociáveis, esteve a serviço da formação dos Estados-Nações a partir da: (1) identidade – que nesse contexto não considerava as diferenças sociais e culturais de indivíduos e grupos, (2) a unidade – que visava a conformidade e homogeneidade dos indivíduos que compunham a nação, e por fim, (3) a continuidade – dos valores e da ideia de um passado formador da nação enquanto elementos essenciais para a garantia do presente e do futuro do Estado (FRANÇOIS, 2022, online).

Ao ser essa negociação política subjetiva de identidades, o patrimônio esteve inicialmente constituído a serviço de uma perspectiva nacionalista, mas têm hoje a partir dos estudos de subjetividades, queer, feministas, étnico-raciais e decoloniais, sido problematizado e reformulado na literatura especializada da área, no que tange a suas características, valores e políticas, refletindo sobre a incorporação e reprodução de opressões estruturais causadoras de estereótipos ou silenciamentos no âmbito das memórias e identidades patrimonializadas.

No que se refere a uma perspectiva de gênero para pensar as identidades e os patrimônios, esses esforços são recentes se comparados com a história do campo, e isso ocorre segundo Laurajane Smith (2008) porque o gênero junto com os conceitos de etnicidade e classe, seja talvez um dos aspectos de identidade mais naturalizados no âmbito dos discursos patrimoniais.

É nesse sentido que Rosa Maria Blanca et al (2018) reforça a ligação entre gênero e memórias-patrimônios, presentes em exposições de arte, museus e suas coleções, bem como discursos da história de arte, da educação, do cinema e das culturas visuais. Em seu ver

Histórico do artigo:
Submetido em: 21/11/2023 – Aceito em: 19/07/2025

V. 11, nº 01, jan.-jun., 2025, artigo nº 2406 | claec.org/relacult | e-ISSN: 2525-7870

constituem-se como tecnologias de gênero, por serem um conjunto de técnicas, métodos e instrumentos, que produzem gênero ao propor linguagens, evocar temporalidades e percepções através de uma visão binária dos discursos culturais dominantes.

Por essa razão, Baptista e Boitá (2017) refletindo sobre a memória LGBTQIAP+ por exemplo, identificam que apesar dos avanços relativos a determinadas pautas, ainda é raro nas produções científicas e quase nulo nos museus brasileiros abordarem essa questão. Eles constatam que nos mais de três mil museus brasileiros dedicados à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, esse tema ainda é negado por muitos profissionais:

> "Não vejo onde o homossexualismo pode estar presente na cultura nacional", nos disse um pesquisador certa vez, cometendo não apenas um equívoco conceitual ao tratar a homossexualidade como doença, mas também a exclusão da cultura LGBT em todo nosso país. "Meu museu não possui em sua missão os LGBT", nos disse outro diretor de um museu público, sem se dar conta de que todas as missões foram construídas em contextos fóbicos à diversidade sexual. "A sexualidade de fulano é irrelevante para se entender sua obra", costumam argumentar os profissionais de museus dedicados a personalidades que seguem presas em armários, ainda que em suas vidas tenham sido vítimas de fobias. Entre outros questionamentos, não raro os profissionais de museus insistem que seus museus nada têm a ver com o tema (BAPTISTA; BOITÁ, 2017, p. 110).

Para os autores é possível entender a cisheteronormatividade dos patrimônios como um reflexo das fobias da sociedade: considerando que a patrimonialização depende da valoração derivada de uma consciência história, pode-se afirmar que a iniquidade no reconhecimento de alguns bens oriundos de populações negras, indígenas, dissidente de gênero e da classe trabalhadora por exemplo, resulta de uma consciência colonial elitista, racista, misógina, LGBTQIAP+fóbica.

Anna Reading (2015) ressalta que apesar de ainda ser um tema emergente nas pesquisas sobre abordagens de gênero no patrimônio, verifica-se uma recorrência de trabalhos que articulam o gênero com o conteúdo presente em museus, galerias, monumentos públicos, lugares, arquivos ou práticas culturais, apontando as desigualdades nas memórias legitimadas, tal como a pesquisa realizada por Baptista e Boitá (2017).

A autora observa ainda três outras abordagens nos estudos de gênero e campo patrimonial, sendo a segunda abordagem a relação entre esses e o consumo, que compreende pessoas criam significados ou consomem patrimônio cultural.

Uma terceira abordagem de gênero em relação ao patrimônio é em termos de curadoria e gestão do patrimônio que reflete uma preocupação com o equilíbrio de gênero na indústria do

Histórico do artigo:
Submetido em: 21/11/2023 – Aceito em: 19/07/2025

V. 11, nº 01, jan.-jun., 2025, artigo nº 2406 | claec.org/relacult | e-ISSN: 2525-7870

patrimônio e nas instituições públicas de memória, incluindo as práticas de gênero na curadoria e os discursos de gênero (READING, 2015). Os trabalhos dentro dessa abordagem costumam apontar como há privilégios do masculino e um apagamento da contribuição das mulheres e grupos LGBTQIAP+ nas culturas, identidades e na história que é reconhecida.

Por último, há questões de gênero em relação às políticas de patrimônio local e nacional, bem como protocolos e convenções internacionais. Anna Reading (2015) afirma que essa é possivelmente a menos pesquisada, refletindo sobre maneiras pelas quais as políticas, protocolos e convenções internacionais sobre patrimônio e cultura são articuladas de várias maneiras por meio de paradigmas de gênero.

O que essas quatro grandes áreas de abordagens de pesquisas no campo do patrimônio demonstram, é como perspectivas feministas e queer expuseram como as concepções e conceitos dos estudos do patrimônio estão atravessadas por um viés androcêntrico e patriarcal, e a necessidade de repensar o campo em busca de equidade nos patrimônios legitimados.

Considerando que o objetivo deste trabalho, é preciso ir além das abordagens de pesquisa como identificado por Anna Reading (2015) e seguir os vestígios em suas origens tanto da palavra, quanto do conceito-campo de estudos, a ser explicitado na próxima seção.

2.1 Etimologia e epistemologia do patrimônio: sinônimos de androcentrismo?

Existe nas pesquisas sobre o patrimônio, uma recorrente menção no que tange a formação etimológica do patrimônio para apontar suas origens: do latim *patrimonium* surge na sociedade romana antiga para se referir a um domínio jurídico-político de homens cidadãos possuidores de propriedades, expressando etimologicamente à ideia daquilo que pertence ao pai, herança paterna ou algo que se transmite de ‘pai para filho’ de maneira linear e diacrônica (FUNARI; PELEGRINI, 2009; VOGT, 2008; CHAGAS, 2003).

Ainda nesse sentido, Poulot (2009) explica que a norma do *patrimonium* exigia que os bens de alguém fossem oriundos da herança paterna, sendo malvisto interromper a cadeia de transmissão da instituição familiar. Fala-se do patrimônio nesse sentido como uma “incumbência familiar”, mas no contexto da Roma antiga cabe lembrar, era o *pater famílias* que possuía poder não somente sobre os bens, como também sobre as pessoas da família, em

Histórico do artigo:
Submetido em: 21/11/2023 – Aceito em: 19/07/2025

que as mulheres, não desfrutavam do mesmo estatuto legal[2] que os homens e, portanto, não compartilhavam dos mesmos direitos na transmissão dos bens (ISBAES, 2022, p.123).

No decorrer dos séculos o poder do pater famílias não esmaece. Georges Duby (2009, p. 210-214) se referindo a sociedade italiana do século XV menciona que o poder pertence em

> primeiro lugar, incontestavelmente, ao pai de família. Por assimilação à do rei, sua autoridade não cessou de ser consolidada [...] A esposa é submetida, como os outros [...] A legislação autoriza-o a corrigir os seus. Ele usa desse direito [...] em primeiro lugar sobre sua mulher.

Pensando esse mesmo período no âmbito do patrimônio e da memória, Françoise Choay (2011) cita o *Quattrocento* e afirma que a Itália exerceu um papel pioneiro para a primeira revolução cultural europeia devido a extensão da herança romana em diversos territórios para além desse país, bem como por sua forte proeminência econômica e política.

Do ponto de vista da memória, segundo a autora, há uma preocupação com os edifícios e objetos, que ainda não eram chamados de monumentos históricos, mas sim antiguidades derivadas de "*antiquitates"* criado pelo erudito romano Varrão (116-26 d.C.) para caracterizar o conjunto de produções antigas da romanidade. "A partir do século XVI a primeira revolução cultural seguirá seu curso nos países vizinhos da Itália" (CHOAY, 2011, p. 17) evidenciando como o lugar que surge o termo patrimônio, continua sendo nos séculos seguintes um território onde se origina termos e formas de se relacionar com o passado e a memória, que por seus aspectos geopolíticos, influenciariam territórios muito além das suas fronteiras.

Pensar nas relações do patrimônio com o patriarcado, se mostra necessário uma vez que este último enquanto uma forma de opressão estrutural, perpassa diferentes dimensões da vida, ao constituir um sistema estrutural (família, religiões, escola, Estados) que mantém e sustentam a dominação masculina (ARONOVICH, 2019).

É nessa perspectiva, ao pensar sobre o patrimônio com essa etimologia androcêntrica, que Guadalupe Jiménez-Esquinas (2017) afirma que esse vínculo com o patriarcado, se constitui como algo difícil de desconsiderar, mas que tem se passado ao longo do tempo com uma imagem intencional de neutralidade como se o patrimônio não empregasse uma série de

[2] De acordo com Leda de Pinho (2002, p. 278-279) as mulheres nessa sociedade e período histórico estavam sempre sob tutela pois eram consideradas incapazes para a prática dos atos da vida civil; necessitavam, sempre, de um tutor que lhes representasse os direitos na sociedade romana (tutela perpétua) e jamais podiam ocupar qualquer cargo público. No que se refere à patrimônios, as mulheres não poderiam exercer a *patria potestas* e, logo, não poderia ser instituída herdeira de patrimônios vultosos.

Histórico do artigo:
Submetido em: 21/11/2023 – Aceito em: 19/07/2025

V. 11, nº 01, jan.-jun., 2025, artigo nº 2406 | claec.org/relacult | e-ISSN: 2525-7870

discursos, mecanismos, práticas e instâncias que operam como dispositivos biopolíticos para criar, transformar e perpetuar a ordem social estabelecida:

> Concretamente, o patrimônio não é um elemento neutro mas, enquanto reflexo fiel da sociedade em que se insere, constitui uma ferramenta ao serviço do patriarcado que opera pela apropriação do valor que as mulheres produzem, através da expropriação e captura do feminino, trabalho de cuidado, o popular e a comunidade [...] Entre essas esferas materiais e culturais que foram criadas por e para garantir a continuidade de um sistema patriarcal está, neste caso, o patrimônio. (JIMÉNEZ-ESQUINAS, 2017, p. 54, tradução livre).

Assim, ainda que tenha passado por inúmeras ressemantizações ao longo dos séculos, o termo em si faz parte de um vocabulário patriarcal e expressa uma contradição ao ter na formação etimológica um sentido restrito, mas que ainda hoje é utilizada com a conotação de neutralidade, como apontada por Jimenez-Esquinas, para nomear bens culturais relevantes para diferentes grupos sociais no mundo. Ou seja, a diversidade que os patrimônios representam no mundo enquanto uma prática e política pública, não está expressa na palavra que nomeia, por estar limitada a uma etimologia androcêntrica e patrilinear.

A crítica feita ao termo, segue na linha de pensamento de pesquisadoras/es e movimentos sociais que tem apontado no nosso idioma, a existência de vocábulos racistas, lgbtfóbicos, machistas e capacitistas que reforçam estereótipos e preconceitos. Trago a afirmação da Grada Kilomba (2019) nesse sentido, quando diz que "a língua por mais poética que possa ser, tem uma dimensão política de criar, fixar e perpetuar relações de poder e violência, pois cada palavra que usamos define um lugar de uma identidade".

Também nessa perspectiva, Laurajane Smith (2008) argumenta como o patrimônio para além da etimologia ligada ao domínio masculino, foi um campo epistemológico desenvolvido por homens europeus brancos e da elite, o que determinou não somente as definições iniciais do conceito, mas construiu caminhos pelos quais as futuras concepções seriam desenvolvidas:

> O discurso patrimonial autorizado enfatiza a materialidade e pressupõe um valor universal inato do patrimônio, que desenha e reproduz um consensual ponto de vista de nacionalidade advindo da história nacional, e afirma quem são os especialistas em patrimônio que devem agir como guardiões do passado para proteger e manter os sítios patrimoniais e os valores patrimoniais, para que possam ser transmitidos 'para as futuras gerações'. [...] **É um discurso desenvolvido não apenas em um contexto temporal e histórico particular, mas também com um particular contexto social**. **As experiências sociais e culturais das classes média alta e dominante europeias, que dominaram os grupos profissionais que se defenderam e se preocuparam com a preservação dos monumentos históricos**, também corroboraram este discurso. Subsequentemente, **o discurso foi construído não somente sobre valores**

Histórico do artigo:
Submetido em: 21/11/2023 – Aceito em: 19/07/2025

V. 11, nº 01, jan.-jun., 2025, artigo nº 2406 | claec.org/relacult | e-ISSN: 2525-7870

> **e preocupações profissionais, mas também sobre certa classe e experiências de gênero com valores sociais e estéticos** (SMITH, 2008a, p. 162, tradução e grifo nosso).

Este discurso que molda a prática profissional da gestão e conservação do patrimônio por meio de uma gama de variações nacionais, tem suas origens no século XIX simultaneamente à ascensão do nacionalismo e liberalismo na Europa. Desenvolvendo-se a partir dos debates sobre a conveniência da conservação *x* restauração, liderados na Inglaterra por John Ruskin e William Morris. Segundo a autora citada, ambos defendiam a proteção de bens culturais com determinadas características, sendo grande parte construções datadas de antes do século XV, constituída basicamente por igrejas e casas da elite rural.

Nos Estados Unidos, um movimento de conservação semelhante foi apontado por Laurajane Smith (2008b) que observou ter sido desenvolvido a partir do movimento de classes abastadas em contextos de mudanças políticas e sociais. Isso denota como o movimento conservacionista buscava "salvar" algo dos períodos de transição, conservando através dos patrimônios a valoração de pessoas e seus modos de vida, como quando lançou campanhas de proteção focadas na preservação de casas senhoriais de homens historicamente importantes, como George Washington e Andrew Jackson (SMITH, 2008b).

Pensando na constituição discursos e conceitos sobre o patrimônio, existem, para além de Ruskin e Morris, uma série de homens pioneiros que são citados na antologia "O patrimônio em questão" da Françoise Choay (2011), sendo eles oriundos de diversos países da Europa ocidental, tais como Itália, Grã-Bretanha, França e países germanófonos: Aubin-Louis Millin (1759-1818), Antoine-Chrysostome (1755-1849), Eugène Viollet-Le-Duc (1814-1879), Alois Riegl (1858-1905), Gustavo Giovannoni (1873-1947) só para citar alguns.

Considerando esses nomes, o que se pode observar é como do século XVIII ao século XX inúmeros homens se consagraram como pensadores que contribuíram para a compreensão do patrimônio e das políticas formuladas em diferentes partes da Europa.

O problema desse monopólio europeu e masculino, é que entendendo o patrimônio como um processo que abarca um conjunto de ações não neutras que pode ser utilizada por determinados grupos como um instrumento de poder (HARVEY, 2001), acabou limitando outras formas de pensar o patrimônio, e como entendemos a relação com a memória, o tempo, a gestão e as escolhas do que preservar, por terem sido feitas pelos mesmos sujeitos políticos no decorrer dos séculos.

Histórico do artigo:
Submetido em: 21/11/2023 – Aceito em: 19/07/2025

V. 11, nº 01, jan.-jun., 2025, artigo nº 2406 | claec.org/relacult | e-ISSN: 2525-7870

Correlacionando os estudos do patrimônio, com as inúmeras reflexões produzidas na academia nos últimos anos sobre eurocentrismo, colonialismo e colonialidades, o que foi identificado nesta subseção sobre a constituição do campo patrimonial, possibilita a afirmar que além de suas origens androcêntricas e patriarcais, o campo é também marcado pela colonialidade do poder[3] e colonialidade do saber[4].

Essa discussão interessa porque além de desvelar como o conceito de patrimônio, em seus entendimentos e usos, foi por muito tempo um campo de dominação exclusivamente masculino e do norte global, conecta-se à discussão de gênero por uma dupla ausência: de mulheres e pessoas LGBTQIAP+ contribuírem para a constituição e consolidação do campo tal como os homens fizeram nos séculos XVIII à XX, assim como na etimologia do termo que se liga ao grupo hegemônico já apontado.

Além disso, pensando do ponto de vista das colonizações realizadas pelos diferentes países do continente europeu, cabe questionar de que forma o pensamento sobre patrimônios chega nos territórios invadidos do ponto de vista estético e da representação, e como se relaciona com a diversidade de experiências identitárias, temporais e de memória existentes nesses diferentes territórios. Mais reflexões sobre esse aspecto, serão desenvolvidas na subseção três ponto um.

3 Masculinidades em breves apontamentos

Os estudos sobre masculinidades ganharam contornos teórico-conceituais nos anos 80 a partir de diversas influências, a saber: estudos sobre homofobia, teorias feministas, pesquisas sobre desigualdades e a psicanálise (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013).

Os primeiros conceitos focavam nas masculinidades hegemônicas, centralizando em como esse modelo possibilitou a continuidade da dominação dos homens sobre as mulheres, e a subjugação de outros modelos de masculinidade, chamada de masculinidades subordinadas.

À vista disso, Connell (1997) identificou quatro perspectivas que nortearam as definições do campo. A primeira, "essencialista" tem o núcleo do masculino definido a partir

[3] Para Quijano (2005) a colonialidade do poder é um padrão de poder que tem origem e característica colonial, mas que extrapola o colonialismo que ocasionou a classificação social da população mundial de acordo com a ideia de raça, e uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial.
[4] Se trata segundo Catherine Walsh (2008) das perspectivas eurocentradas que descartam, subalternizam e invisibilizam a existência e viabilidade de outras racionalidades epistêmicas.

Histórico do artigo:
Submetido em: 21/11/2023 – Aceito em: 19/07/2025

V. 11, nº 01, jan.-jun., 2025, artigo nº 2406 | claec.org/relacult | e-ISSN: 2525-7870

de uma característica matriz ao qual se acrescenta uma série de características próprias ou exclusivas a vidas dos homens.

Na segunda perspectiva, "positivista", é apresentada uma definição simples da masculinidade baseada na ideia do “que os homens realmente são”. A terceira, "normativa" reconhece as diferenças entre homens, propondo um ideal de masculinidade que os homens deveriam ser mas que apenas alguns poucos conseguiriam alcançar grande parte dos atributos.

E no quarto e último prisma, “semiótico” é levado em conta na definição de masculinidades, as diferenças simbólicas existentes no masculino (com a presença de uma autoridade simbólica) e no feminino (ausência de autoridade).

Assim foi se consolidando o entendimento da existência de múltiplas masculinidades, razão pela qual Connel e Messerschmidt (2013) asseveram ser configurações de práticas realizadas na ação social que podem se diferenciar de acordo com as relações de gênero em um cenário social particular como a cultura, a sociedade ou o período histórico.

Dentre as diversas formas de masculinidades, a masculinidade hegemônica pode ser entendida como uma "configuração das práticas de gênero que buscam assegurar a perpetuação do patriarcado e a dominação dos homens" (CONNELL, 1995, p. 77, apud VIGOYA, 2018: 44). Mais uma vez, se reforça como essa forma de masculinidade, não se configura como um conjunto de características imutáveis, mas sim, pelo fato de ocupar uma posição hegemônica dentro de uma determinada estrutura social e temporal.

Apontar essas diferenciações é importante para pensar as masculinidades hegemônicas ou subalternas, afastadas de uma concepção essencialista que associa comportamentos a uma determinada condição biológica. Nesse caminho, Vigoya (2018) vai refletir sobre as masculinidades sem homens afirmando como essas se manifestam nas subculturas de gênero menos visibilizadas, tais como as lésbicas butches, caminhoneiras, garçonnes francesas dos anos vinte, lésbicas leather ou drag kings.

Mas para pensarmos as ligações entre masculinidades e patrimônios, verifica-se ligações com o colonialismo e as colonialidades, dado que as colonizações geraram determinadas formas de se relacionar com a memória e o passado sendo os patrimônios uma delas, assim como os modelos de masculinidades. Ou seja, ambos foram exportados e (re)criados a partir das invasões ocorridas em todo continente conhecido por América.

Se recuperarmos o tipo de masculinidade hegemônica na Europa medieval, Lugarinho (2013: 16) afirma que era caracterizada pela honra do cavaleiro, identificada a partir de “novelas

Histórico do artigo:
Submetido em: 21/11/2023 – Aceito em: 19/07/2025

V. 11, nº 01, jan.-jun., 2025, artigo nº 2406 | claec.org/relacult | e-ISSN: 2525-7870

de cavalaria ou cantigas de amor, a honra regia a própria masculinidade do indivíduo: defendê-la era defender o soberano, por conseguinte, [...] a devoção à dama nada mais era do que metonímia do próprio serviço ao rei e, por conseguinte, da própria masculinidade".

Considerando o colonialismo português trazido aqui para análise por ter sido o colonialismo que invadiu o território conhecido hoje como Brasil, Lugarinho (2013) complementa que a ideologia que a constitui, foi forjada nas mesmas ideias que sustentou às guerras religiosas europeias e à contrarreforma, o que deu às invasões coloniais um sentido sagrado de salvação das almas: a honra era pautada na lógica bélica e na religiosidade cristã.

Com a emergência dos Estados-Nações e a progressiva independência dos países colonizados a partir do século XIX, a identidade moderna masculina europeia foi constituída a considerando a polidez e cavalheirismo como características necessárias ao papel masculino de servir ao Estado, à família e ao trabalho (LUGARINHO, 2013, p. 17). Segundo Mosse (2000) com esse novo regime estatal, as masculinidades hegemônicas se ligaram a ideia de patriotismo e heróis nacionais, e os sentidos a esses associados como honra, bravura, coragem, obstinação.

Na América Latina, Vigoya (2018) afirma que os ideais de masculinidade também foram construídos a partir da nação, mas em diálogo com o aspecto étnico-racial criando a categoria "homem latino-americano". Em sua avaliação essa categoria se mostrou como instável e frágil, por estar inserida em um contexto histórico muito cambiante. Para entender melhor, pode-se fazer uma interlocução com Maria Lugones (2014, p. 936-937, grifo nosso) quando diz:

> **com a colonização das Américas e do Caribe, uma distinção dicotômica, hierárquica entre humano e não humano foi imposta sobre os/as colonizados/as a serviço do homem ocidental**. Ela veio acompanhada por outras distinções hierárquicas dicotômicas, incluindo aquela entre homens e mulheres. Essa distinção tornou-se a marca do humano e a marca da civilização. Só os civilizados são homens ou mulheres. **Os povos indígenas das Américas e os/as africanos/as escravizados/as eram classificados/as como espécies não humanas – como animais, incontrolavelmente sexuais e selvagens**. [...] Começo, então, com uma necessidade de entender que os/as **colonizados/as tornaram-se sujeitos em situações coloniais na primeira modernidade, nas tensões criadas pela imposição brutal do sistema moderno colonial de gênero**.

Ou seja, as masculinidades latino-americanas foram constituídas a partir da masculinidade branca europeia, essa sim considerada ideal e absoluta. No período colonial, Lugones (2014, p. 937) afirma que "Hermafroditas, sodomitas, viragos e os/as colonizados/as, todos eram entendidos como aberrações da perfeição masculina". Institucionalmente, o

Histórico do artigo:
Submetido em: 21/11/2023 – Aceito em: 19/07/2025

V. 11, nº 01, jan.-jun., 2025, artigo nº 2406 | claec.org/relacult | e-ISSN: 2525-7870

reconhecimento de que homens negros e indígenas eram considerados homens (sinônimo de seres humanos), demorou alguns séculos para acontecer. E uma das consequências permanece nos estereótipos associados a eles. Muitos estudos sobre homens latino-americanos não-brancos identificam que

> Enquanto homens "negros" tem sido percebidos como hipersexuais e hiperviris, mas também como pais ausentes, cônjuges infiéis e estudantes fracassados, os homens indígenas são imaginados como homens atávicos, imóveis, desmotivados e hipossexuais ou como homens primitivos e bons selvagens. Esses estereótipos geraram obstáculos ideológicos, teóricos e metodológicos que explicam a ausência, a marginalização e a negligência dos estudos sobre homens indígenas no geral e particularmente sobre aqueles que têm práticas sexuais homoeróticas (VIGOYA, 2018, p. 76).

Refletindo sobre masculinidades brancas, a pesquisadora cita trabalhos em que homens por aspectos de velhice ou doença, não conseguem atingir o ideal viril, forte e impetuoso (que remonta ao padrão Europeu medieval) e as consequências que isso traz psicossocialmente, como atos de depressão e suicídio entre os homens que habitam os Pampas da América do Sul.

Nestes apontamentos, pode-se identificar manifestações das colonialidades de gênero constituídas no território latino-americano, em que se percebe como as normas, posições e as identidades masculinas se constroem não apenas em oposição às feminilidades, como também a outras masculinidades (VIGOYA, 2018): masculinidades brancas são sinônimos de civilidade, razão e heterossexualidade, enquanto masculinidades não brancas oscilam entre passividade sexual e hipersexualidade, assim como inépcia e rusticidade/selvageria.

Sabendo que o contexto latino-americano, se trata de territórios compostos de pluralidades étnico-raciais, de classe e gênero, o questionamento do ponto de vista da memória, é se essa diversidade se encontra representada nos patrimônios ou se reproduz os estereótipos de masculinidades elencados.

3.1 Masculinidades no patrimônio cultural brasileiro: monumentos em observação

A crítica aos símbolos, monumentos e demais elementos das memórias nacionais têm sido objeto de debates acadêmicos e de históricos conflitos no espaço público. Nos últimos anos, o Brasil teve no que se refere à memória nacional, inúmeros acontecimentos que se não estão diretamente interligados, conectam-se no âmbito dos interesses divergentes quanto à proteção ou falta dela. Alguns exemplos recentes, possibilitam identificar isso.

Histórico do artigo:
Submetido em: 21/11/2023 – Aceito em: 19/07/2025

V. 11, nº 01, jan.-jun., 2025, artigo nº 2406 | claec.org/relacult | e-ISSN: 2525-7870

Em 2018, quando completou 200 anos de sua criação, o Museu Nacional teve um incêndio que transformou em cinzas 85% do seu acervo e causou comoção mundial pela perda irrecuperável (DIAS; COELHO, 2022, online). O fogo começou em um ar-condicionado no Auditório Roquette Pinto próximo à entrada do museu e rapidamente se espalhou pelo edifício.

Antes do ocorrido, houve tentativas para a revitalizar o prédio visando adequação ao Código de Segurança contra Incêndio e Pânico, e um contrato chegou a ser assinado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no começo do mesmo ano do incidente, mas a verba estava prevista para ser liberada meses depois, quando o incêndio já havia acontecido (ABDALA, 2020, online).

Em 2021, a estátua do Borba Gato, talvez um dos monumentos mais alvejados por manifestações do país, foi incendiada e a autoria foi reivindicada pelo coletivo Revolução Periférica. Apesar das sucessivas intervenções já ocorrida em anos anteriores por diferentes pessoas, demonstrando insatisfação de parte da sociedade com a representação personificada de uma determinada versão do passado, não houve diálogo: a estátua foi rapidamente restaurada (ESTADO DE MINAS, 2021, online) e um intenso debate vandalismo e apagamento da história foi iniciado.

E em 2023, oito dias após o início da nova gestão do governo federal, o Congresso Nacional, o Supremo Tribunal Federal e o Palácio do Planalto, prédios públicos símbolos da democracia brasileira, foram invadidas por ultradireitistas do movimento bolsonarista, que destruíram janelas, cadeiras, documentos e câmeras, assim como telas, esculturas, obras de arte, bustos, vitrais, alguns dos quais tiveram danos irreparáveis.

No primeiro caso, percebe-se o descaso com uma instituição de memória criada ainda no período do império, que entre os milhões de itens do acervo, salvaguardava o fóssil humano mais antigo já encontrado não somente do Brasil, mas de toda a América do Sul.

No segundo, às sucessivas intervenções na estátua do Borba Gato, indica a falta de diálogo pelas assimétricas relações de poder entre os diferentes grupos que compõe a sociedade paulista, que possuem diferentes narrativas e interesses sobre o lugar dos bandeirantes no espaço público.

Já o acontecimento do ano corrente, mostra o poder dos símbolos, já que atacar o espaço físico de instituições políticas e de justiça, significa atacar a própria democracia brasileira, dado que se questionava naquele momento o resultado das eleições e era reivindicado intervenção militar.

Histórico do artigo:
Submetido em: 21/11/2023 – Aceito em: 19/07/2025

V. 11, nº 01, jan.-jun., 2025, artigo nº 2406 | claec.org/relacult | e-ISSN: 2525-7870

Esses três acontecimentos, faz lembrar de Ailton Krenak (2022, p. 21-22) quando afirma que os brancos não sabem lidar com sua própria memória nem quando ela faz parte da memória oficial, citando como exemplo a sociedade paulista: "a Pauliceia tapou de forma desenfreada seus cursos d'água, inclusive o rio Ipiranga, nas margens do qual foi proclamada a Independência do Brasil, sugerindo que não se tem sequer apreço por essa memória".

De acordo com Archer e Reis (2022) essa dificuldade em lidar com a memória vem também do fato de estarem em espaços públicos/lugares urbanos, que as fazem ser atravessadas por diversas intenções e produções de sentido. Ao estarem em espaços de convivência de diferentes subjetividades, os conflitos são inerentes.

Fazendo um recorte para pensar os monumentos, os mesmos autores apontam como esses enquanto arte pública[5] não apenas estetizam, mas também indicam quais referenciais, histórias e grupos ganham determinado status.

De uma perspectiva de gênero, considerando o objetivo do trabalho de pensar os patrimônios em suas relações com as masculinidades, recupero o questionamento feito na introdução sobre que tipo de masculinidade se encontra consubstanciada no espaço público através dos patrimônios urbanos (monumentos) no Brasil.

Pensando a partir de São Paulo, um estudo realizado pelo Instituto Pólis sobre a maior cidade do Brasil, identificou um total de 367 monumentos dos quais 199 homenageiam formas humanas masculinas sendo 137 de homens brancos e 24 com formas humanas femininas, e dessas 18 são monumentos de mulheres brancas. Há cinco monumentos de pessoas negras, havendo quatro representando homens negros e uma representando a mãe negra, e quatro de pessoas indígenas, com todas retratando homens (INSTITUTO PÓLIS, 2020).

Pelos dados é possível identificar a preponderância de formas masculinas, e no referido estudo foram identificadas pelos menos 14 monumentos representando momentos ou personagens controversos. Alguns muito conhecidos, e já alvo de intervenções como o Monumento às Bandeiras e outras não tão populares, como Padre Anchieta e a cruz de Anchieta, Anhanguera, Duque de Caxias e Fundadores de SP.

[5] "é entendida como uma arte oficial, autorizada e promotora da autoridade, geralmente promovida ou aceita pelo Estado e trabalhada a partir de uma estética monumental." (REIS; ARCHER, 2022).

Histórico do artigo:
Submetido em: 21/11/2023 – Aceito em: 19/07/2025

V. 11, nº 01, jan.-jun., 2025, artigo nº 2406 | claec.org/relacult | e-ISSN: 2525-7870

Figura 1 - Monumentos representando momentos/personagens controversos em SP

Fonte: INSTITUTO PÓLIS, 2020.

A observação das imagens permite afirmar como elas foram criadas dentro do cânone da escultura naturalista, que ligados a um tipo de idealização do espaço urbano, contam uma história apreensível ao longo do tempo que reproduz um modelo idealizado de cidade, na qual é comum que àqueles que detêm o poder e a influência intelectual, econômica e política pratiquem seus valores e os projetem (ARCHER; REIS, 2022).

É nesse âmbito que se destacam as masculinidades hegemônicas presentes no espaço público, onde identifica-se a preponderância de elementos que fazem referência clara à uma masculinidade viril e belígera, sobretudo vinculadas aos bandeirantes cujas representações masculinas possuem barbas, botas de cano alto, chapéu de abas largas, armas de fogo e/ou armas brancas e gibões[6]; há ainda às ligadas do clero manifestadas através de batinas e cruzes. Ambas as expressões dos monumentos evidenciam a dimensão colonial no contar da história da cidade.

[6] De acordo com Paulo César Garcez Marins (2020) o processo de figuração do bandeirante ao longo do século XX foi caracterizado pela disseminação de uma série de convenções visuais, construídas coletivamente a partir de propostas formuladas no Museu Paulista, reforçadas por obras de arte encomendadas pela instituição desde 1903, que estabeleceram um conjunto de caracteres definidores dessa personagem, que foram sendo socialmente apropriados e, muitas vezes, reforçados pela própria instituição.

Histórico do artigo:
Submetido em: 21/11/2023 – Aceito em: 19/07/2025

No Rio de Janeiro, o inventário dos monumentos da cidade[7], indica a existência de 358 estátuas e bustos de personalidades, com representações de pessoas da monarquia brasileira, generais, marechais, coronéis, monsenhores, ativistas, jogadores de futebol, cantores tais como Noel Rosa, Cartola e Cazuza[8]. Este último, foi a única pessoa identificada nesse inventário enquanto pessoa LGBTQIA+ publicamente assumida, a estar listada estre os monumentos. Destaca-se roupas, postura e até mesmo as cores da estátua em contraposição com as outras formas de masculinidades majoritariamente representadas:

Figura 2 – Monumentos Rio de Janeiro[9]

Fonte: Inventário dos Monumentos, RJ.

As características observadas nos monumentos das duas cidades com levantamentos disponíveis sobre seu patrimônio urbano, indicam que a representação dos corpos, reforçam um ideal de masculinidade hegemônica, compondo um esforço de afirmação de imagem da masculinidade que reforçam comportamentos, hábitos e rituais ligados à virilidade, vinculada a uma compreensão sobre ser homem de verdade (PADILHA; RODRIGUES, 2016).

É nesse sentido de pensar os monumentos, que se pode trazer a reflexão de como "as representações e imagens de gênero constroem e esculpem os corpos biológicos não só enquanto sexo genital, mas igualmente moldando-os e assujeitando-os a práticas normativas que hoje se encontram disseminadas em nossa sociedade" (MATOS; LOPES, 2008, p. 62).

[7] http://www.inventariodosmonumentosrj.com.br/index.asp?iMENU=catalogo
[8] http://www.inventariodosmonumentosrj.com.br/index.asp?iMENU=catalogo&iiCOD=1427&iMONU=Cazuza
[9] Em ordem de aparecimento: João VI; Marechal Castelo Branco; Cazuza; General Osório da Vila Militar.

Histórico do artigo:
Submetido em: 21/11/2023 – Aceito em: 19/07/2025

Figura 3 – Monumento ao garimpeiro em Roraima

Fonte: G1.

Em outras cidades do Brasil, é possível ver a reprodução dos padrões de masculinidades tal como a imagem acima de Roraima: a figura do garimpeiro segurando uma bateia, reforça a ideia do mesmo enquanto trabalhador, mas também se liga aos aspectos econômicos desenvolvidos por essa atividade. A imagem de 2021, foi escolhida para reflexão neste texto, pelo fato de no ano de 2023 ter sido amplamente divulgado na mídia nacional e internacional, a crise humanitária enfrentada por diversas etnias devido a invasão do garimpo, sobretudo com os Yanomamis no mesmo Estado.

Na imagem acima, quanto na figura 4, é possível identificar atos de transmonumentalidade, que segundo Archer e Reis (2022), podem ser compreendidas como "mobilização da busca de um diálogo entre narrativas e imaginários através de uma tomada de ação contra monumentos de memórias problemáticas [...] composta de conflitos e disputas sobre as narrativas dominantes, inclusive aquelas reproduzidas de forma visual".

Histórico do artigo:
Submetido em: 21/11/2023 – Aceito em: 19/07/2025

V. 11, nº 01, jan.-jun., 2025, artigo nº 2406 | claec.org/relacult | e-ISSN: 2525-7870

Figura 4 – Atos transmonumentais estátua Pedro Alvares Cabral – Bahia, 22 de abril de 2022

Fonte: Mídia Ninja.

Para além das masculinidades, que no caso desta reproduz as características dos bandeirantes já analisadas, a forma, quem e como o monumento de Pedro Alvares Cabral está colocada no espaço público, gera com frequência uma série de ações de resistências. Na imagem, é possível identificar povos indígenas de diferentes etnias em Salvador, que protestavam contra a manutenção da história colonial e das políticas anti-indígena, no dia 22 de abril de 2022, data em que se comemora no calendário cívico e escolar o "descobrimento" do país.

Nas redes sociais, os registros das ações transmonumentais se espalharam, documentando os atos que envolveram tingir a estátua de urucum com uma dupla significação: referência ao sangue dos indígenas mortos desde a invasão colonial, como também pela resistência dos povos originários, já que a pintura com o urucum para algumas etnias está ligada a guerrear. Em perfis como da ativista Alice Pataxó (2022), ela escreveu: "Indígenas se manifestaram hoje na cidade de Porto Seguro contra as comemorações do falso Descobrimento e a visita de Jair Bolsonaro, pedindo justiça, demarcação de terras e #ForaBolsonaro".

No ano anterior, a mesma estátua, também foi alvo de ações, nesse momento sendo coberta com um plástico preto visando ocultá-la. Tendo como exemplo a postagem de outro ativista, cuja legenda reforçava a insatisfação com as imagens presentes no espaço público e as motivações para os atos transmonumentais:

Histórico do artigo:
Submetido em: 21/11/2023 – Aceito em: 19/07/2025

V. 11, nº 01, jan.-jun., 2025, artigo nº 2406 | claec.org/relacult | e-ISSN: 2525-7870

> Hoje foi o dia de novamente ocuparmos as ruas de nossa terra, e dizer não a sociedade colonial, dizer a todos que nessa terra habita os povos originários, que todos pisam em terras manchadas de sangue e corpos dos nossos antepassados! Nossas maiores referências não se tornaram estátuas, mas, lutaram e lutam até hoje contra esses que se tornaram! O ato de cobrir a estátua daquele que provocou a dor, e liderou todo o massacre nessa terra, mostra a todos que ele não deve ser homenageado! (MATOS, Kefas, 2021, online.)

É nesse sentido que Jiménez-Esquinas (2017) faz uma crítica patrimonial feminista argumentando que os desequilíbrios na distribuição de poder no campo da memória têm a ver com o fato do patrimônio ser uma ferramenta de perpetuação de gostos, valores e necessidades históricas dos grupos dominantes, alinhados a seus projetos políticos e sua posição no mundo:

> O patrimônio faz parte de um certo regime de verdade, da economia política da verdade (Foucault, 1999: 53), em que se utilizam uma série de discursos, mecanismos, práticas e instâncias que funcionam como dispositivos biopolíticos para criar, transformar ou perpetuar a ordem social estabelecida [... que] tem obedecido a uma forma de governança de cunho patriarcal e neoliberal. Concretamente, o património não é um elemento neutro, mas, enquanto reflexo fiel da sociedade em que se insere, constitui uma ferramenta ao serviço do patriarcado (JIMÉNEZ-ESQUINAS, 2017, p. 54).

Com isso, o que se busca reforçar é como o patrimônio é generificado pela maneira como foi historicamente definido, compreendido e falado, o que por sua vez reproduz e legitima identidades de gênero e valores sociais que os sustentam (SMITH, 2008a), assim como perpetua as colonialidades, que para além das questões de gênero, abarcam o racismo, classismo, capacitismo e aspectos geopolíticos.

Os movimentos de contestação, acontecidos no Brasil e em diversas partes no mundo, evidenciam um entendimento coletivo da relevância das memórias nos espaços públicos, para garantia da representatividade, reparação e reconhecimento da existência de diferentes sujeitas/os históricas/os para além dos grupos comumente legitimados, e configuram-se como atos de resistência extremamente necessários para o alcance de memórias mais equitativas.

4 Considerações finais

Argumentei a partir de diversos pensadores do campo, em como a consolidação do patrimônio se deu a partir de uma etimologia androcêntrica, bem como de um pensamento marcado pela colonialidade do saber, que foi instrumentalizado enquanto estratégia no colonialismo e posteriormente para a consolidação dos Estados-Nações.

Histórico do artigo:
Submetido em: 21/11/2023 – Aceito em: 19/07/2025

O que foi evidenciado é como muitos patrimônios urbanos sob a forma de monumentos, reforçam masculinidades hegemônicas através do ideal de homens brancos, de performance cisheteronormativa, e que sobressai características de virilidade, força e militarismo. Essas incontáveis referências imagéticas no espaço público, fortalecem socialmente determinados padrões de poder e aceitação social ligadas ao masculino.

Pensar essas imagens no Brasil explicitam múltiplas desigualdades já que mais da metade da população é composta por mulheres, e considerando aspectos étnico-raciais, mais da metade da população se declara como não branca. As memórias presentes nos monumentos, no entanto, são inversamente proporcionais às pessoas que compõe a maior parcela da população.

Esse memoricídio que mulheres cis ou trans, pessoas dissidentes de gênero e pessoas não brancas são submetidas, está ligada às inúmeras outras violências físicas e subjetivas que esses grupos vivenciam cotidianamente, e demonstram que a desigualdade nas memórias e patrimônios, é um reflexo das mesmas desigualdades existentes no âmbito socioeconômicos.

No que tange o patrimônio, o que é necessário fazer visando maior equidade nas representações é pensá-lo inseparavelmente das questões de gênero, raça, etnia, classe e inclusão – ou seja, de modo interseccional. Pensando a partir da memória, se queremos sociedades mais justas e igualitárias, o primeiro passo é inaugurar um diálogo democrático entre os diferentes setores da sociedade, sobretudo a partir daqueles que historicamente sofreram com opressões, possibilitando que sejam reconhecidos como as/os sujeitas/os da história que são.

Referências

ABDALA, Vitor. Incêndio no Museu Nacional não foi criminoso, aponta Polícia Federal. *Agência Brasil* [online]. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-07/incendio-no-museu-nacional-nao-foi-criminoso-aponta-policia-federal#:~:text=O%20inqu%C3%A9rito%20concluiu%20que%20o,seja%2C%20provocado%20de%20forma%20proposital. Acesso em: 22 de agos. 2024.

ARONOVICH, Lola. Prefácio. In: LERNER, Gerda. *A criação do patriarcado*. São Paulo: Cultrix, 2019.

BLANCA, Rosa Maria et al. Exposições de arte e gênero: Produção de subjetividades em arte contemporânea. *Revista-Valise*, Porto Alegre, v. 8, n. 15, ano 8, dezembro de 2018. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/RevistaValise/article/view/84377 Acesso em: 24 ago. 2021.

CONNELL, Robert William. La organización social de la masculinidade. In: VALDÉS, T; OLAVARRÍA, J. *Masculinidades, poder y crisis*. Santiago de Chile: Flacso, 1997. Disponível

Histórico do artigo:
Submetido em: 21/11/2023 – Aceito em: 19/07/2025

em: http://www.pasa.cl/wp-content/uploads/2011/08/La_Organizacion_Social_de_la_Masculinidad_Connel_Robert.pdf Acesso em 12 out 2022.

CHOAY, Françoise. *O patrimônio em questão: antologia para um combate*. Belo Horizonte: Fino Trato, 2011.

DIAS, Daniella; COELHO, Henrique. Quatro anos após incêndio, Museu Nacional reinaugura fachada de prédio histórico e jardim da frente. *G1* [online]. 02, setembro 2022. Rio de Janeiro. Disponível: https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/09/02/quatro-anos-apos-incendio-museu-nacional-reinaugura-fachada-de-predio-historico-e-jardim-da-frente-na-quinta-da-boa-vista.ghtml Acesso em: 22 agos. 2024.

DUBY, Georges. *História da vida privada 2: da Europa feudal à Renascença*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

EM protesto, indígenas ocupam "festa de aniversário do Brasil" em Porto Seguro. Evento receberá Bolsonaro. *Mídia Ninja* [online], [s.l.], 22 de abril de 2022. Disponível em: https://midianinja.org/em-protesto-indigenas-ocupam-festa-de-aniversario-do-brasil-em-porto-seguro-evento-recebera-bolsonaro/ . Acesso em: 22 de agos. 2024.

ESTADO DE MINAS. Restauração da estátua a Borba Gato será paga por empresário. Estado de Minas [online], [s.l.], 26 de julho de 2021. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2021/07/26/interna_nacional,1289950/restauracao-da-estatua-a-borba-gato-sera-paga-por-empresario.shtml Acesso em: 22 de agos. 2024.

FRANCIOS, Etienne. Les nations européennes du xixe siècle et leurs mythologies historiques. Rétrospective sur une exposition berlinoise. AGULHON, Maurice; BECKER, Annette; COHEN, Évelyne (org.). *La République en représentations: Autour de l'œuvre de Maurice Agulhon*. Paris: Éditions de la Sorbonne, 2006. Disponível em: http://books.openedition.org/psorbonne/59442 Acesso em: 07 fev. 2022.

GFELLER, Aurélie Elisa. Anthropologizing and indigenizing heritage: The origins of the UNESCO Global Strategy for a representative, balanced and credible World Heritage List. *Journal of Social Archaeology*, 15(3), 366–386, 2015. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/1469605315591398 Acesso em: 6 jan. 2023.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KRENAK, Ailton. *Futuro Ancestral*. Companhia das Letras: São Paulo, 2022.

HARVEY, David. Heritage pasts and heritage presents: Temporality, meaning and the scope of heritage studies». *International Journal of Heritage Studies*, 7, 319-338, 2001.

ISBAES, Gabriela. As 'recatadas' e intelectuais mulheres romanas nos afrescos de Pompeia. *Mythos Revista de História Antiga e Medieval*, v. XIII, p. 116-138, 2022. Disponível em: https://9deedba8-13a2-4694-9623-80a01f8114b8.filesusr.com/ugd/9c0fa5_92b5d505f70e427d8035b6a8c6a51633.pdf Acesso em 10 nov. 2022.

Histórico do artigo:
Submetido em: 21/11/2023 – Aceito em: 19/07/2025

INSTITUTO PÓLIS. Quais histórias as cidades nos contam? a presença negra nos espaços públicos de São Paulo. São Paulo: Instituto Pólis, 2020. Disponível em: https://polis.org.br/estudos/presencanegra/ Acesso em: 31 jan. 2023.

JIMÉNEZ-ESQUINAS, Guadalupe. *Del Paisaje Al Cuerpo: una crítica feminista de la patrimonialización del encaje en la Costa da Morte*. Tese (Doutorado) - Universidad del País Vasco, 2017. Disponível em: https://addi.ehu.es/handle/10810/34586 Acesso em: 3 fev 2023.

LOWENTHAL, David. *A Global Perspective on American Heritage*. In: LEE, A. (ed.). Past Meets Future: Saving America's Historic Environment. Washington: The Preservation Press, 1992.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, set. 2014. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755/28577 Acesso em: 6 jan. 2023.

OLIVEIRA, Suzanne. Indígenas Yanomami protestam contra garimpo ilegal e cobram melhorias na saúde. *G1* [online], Boa Vista, 08, setembro 2021. Roraima & Amazonia. Disponível em: https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2021/09/08/indigenas-yanomami-protestam-contra-garimpo-ilegal-e-cobram-melhorias-na-saude.ghtml. Acesso em: 22 agos. 2024.

MATOS, Kefas. Hoje foi o dia de novamente ocuparmos as ruas de nossa terra, e dizer não a sociedade colonial, dizer a todos que nessa terra habita os povos originários, que todos pisam em terras manchadas de sangue e corpos dos nossos antepassados! Porto Seguro, 7 de setembro de 2021. Instagram @kefasmatos. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CTiSFmXrqOO/ Acesso em: 22 agos. 2024.

PADILHA, João Filipe; RODRIGUES, André Iribure. As Representações das Masculinidades na Publicidade: os comerciais da campanha "Você é o cara. Você é o Kaiser" *In:* INTERCOM XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, São Paulo, *Anais eletrônicos*, São Paulo, 2016. Disponível em: https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-2261-1.pdf Acesso em: 8 nov 2022.

PATAXÓ, Alice. Indígenas se manifestaram hoje na cidade de Porto Seguro contra as comemorações do falso Descobrimento e a visita de Jair Bolsonaro, pedindo justiça, demarcação de terras e #ForaBolsonaro. X: @alice_pataxo. Disponível em: https://x.com/alice_pataxo/status/1517549957611507713/photo/1 Acesso em: 22 agos. 2024.

QUIJANO, Anibal. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In*: QUIJANO, Anibal. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf Acesso em: 6 jan. 2023.

READING, Anna. *Making Feminist Heritage Work: Gender and Heritage. In*: WATERTON, Emma; WATSON, Steve. The Palgrave Handbook of Contemporary Heritage Research. 2015.

Histórico do artigo:
Submetido em: 21/11/2023 – Aceito em: 19/07/2025

REIS, Paulo Roberto de Oliveira; ARCHER, Renan Battitsi. Memórias que inflamam: práticas transmonumentais no espaço urbano. *Cordis: Revista Eletrônica de História Social da Cidade*, v. 1 n. 27, 2022. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/cordis/article/view/59244 Acesso em: 30 jan. 2022.

SMITH, Laurajane. *Heritage, gender and identity. In*: GRAHAM, B.; HOWARD, P. The Ashgate Research Companion to Heritage and Identity. Farnham: Ashgate, 2008a.

SMITH, Laurajane. *Uses of heritage*. London: Routledge, 2008b.

SMITH, Laurajane. Desafiando o Discurso Autorizado de Patrimônio. *Caderno Virtual de Turismo*, 2021, vol. 21, núm. 2. Disponível em: http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/1957/749 Acesso em: 04 jan. 2022.

VIGOYA, Mara Viveros. *As cores da masculinidade:* experiências interseccionais e práticas de poder na Nossa América. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018.

WALSH, Catherine. Interculturalidad, plurinacionalidad y decolonialidad: las insurgencias político-epistémicas de refundar el Estado. *Tabula Rasa*, Bogotá, n.9, p. 131-152, 2008.

¿Qué nos dicen las herencias sobre las masculinidades? Consideraciones desde la crítica feminista al patrimonio

Resumen

Tesis sobre el ámbito del patrimonio desde una perspectiva de género. Su objetivo es reflexionar sobre las masculinidades en el contexto del patrimonio desde tres dimensiones: la etimología y construcción epistemológica del área, la institucionalización en organizaciones transnacionales y finalmente, el patrimonio legitimado en el espacio público considerando algunos ejemplos en territorio brasileño. Para ello, la metodología se guía por una revisión de la literatura en el área de patrimonio y género, permitiendo darse cuenta de que el androcentrismo del patrimonio no sólo está en la etimología, sino sobre todo en la epistemología ya que ha sido un campo desarrollado. y durante mucho tiempo mantenida casi exclusivamente por hombres del norte global. En los análisis de algunos monumentos brasileños, fue posible observar el predominio de representaciones de masculinidades hegemónicas, con características de hombres viriles, cisheteronormativos, blancos, cristianos y beligerantes. Como consideraciones finales, señala el poder de estas representaciones para dar forma a las subjetividades, lo que requiere la descolonización y la despatriarcalización de estas memorias.

Palabras claves: Colonialidad de la Memoria; Crítica del patrimonio feminista; Género y herencia; Masculinidades; Monumentos.

Que disent vos héritages sur les masculinités? Considérations issues de la critique féministe du patrimoine

Résumé

Discute du domaine du patrimoine dans une perspective de genre. Notre objectif est de réfléchir sur les masculinités dans le domaine du patrimoine à partir de trois dimensions: construction étymologique et épistémologique du territoire, institutionnalisation dans les organisations transnationales et enfin, patrimoine légitimé dans l'espace public en considérant quelques exemples sur le territoire brésilien. La méthodologie est donc

Histórico do artigo:
Submetido em: 21/11/2023 – Aceito em: 19/07/2025

V. 11, nº 01, jan.-jun., 2025, artigo nº 2406 | claec.org/relacult | e-ISSN: 2525-7870

guidée par une revue de la littérature dans le domaine du patrimoine et du genre, permettant de percevoir que l'androcentrisme du patrimoine n'est pas seulement étymologique, mais surtout épistémologique car c'est un domaine développé et pour Longtemps entretenu uniquement par les habitants du Nord global. Dans les analyses de certains monuments brésiliens, il a été possible de confirmer la prédominance de représentations de masculinités hégémoniques, avec des caractéristiques de homens viris, cisheteronormativos, brancos, christos et belígeros. En guise de considération finale, il se concentre sur le pouvoir des représentations dans la conformation des subjectivités, nécessitant une décolonisation et une dépatriarcalisation des mémoires.

Mots-clés: Colonialité de la mémoire; Critique féministe du patrimoine; Genre et patrimoine; Masculinités; Les monuments.

What do heritages tell us about masculinities? Considerations from feminist heritage criticism

Abstract

Dissertation on the field of heritage from a gender perspective. Its objective is to reflect on masculinities in the context of heritage from three dimensions: the etymology and epistemological construction of the area, institutionalization in transnational organizations and finally, heritage legitimized in public space considering some examples in Brazilian territory. To this end, the methodology is guided by a literature review in the area of heritage and gender, making it possible to realize that the androcentrism of heritage is not only in etymology, but above all in epistemology as it has been a developed field and for a long time maintained almost exclusively by men of the global north. In the analyzes of some Brazilian monuments, it was possible to observe the predominance of representations of hegemonic masculinities, with characteristics of virile, cisheteronormative, white, Christian and belligerent men. As final considerations, it points to the power of these representations in shaping subjectivities, necessitating decolonization and depatriarchalization of these memories.

Keywords: Coloniality of Memory; Feminist heritage criticism; Gender and heritage; Masculinities; Monuments.

Histórico do artigo:
Submetido em: 21/11/2023 – Aceito em: 19/07/2025